

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO EM EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO

Fabiana Maria Campos Moura¹

Nívea Maria Fraga Rocha²

RESUMO

A Educação Ambiental ganha espaço frente aos desequilíbrios provocados pelo ser humano no ecossistema e as empresas, de modo geral, são vistas como vilãs nesse processo. O objetivo do artigo é analisar as ações de educação ambiental desenvolvidas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), responsável pelo tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto do estado da Bahia, e identificar o grau de desenvolvimento socioambiental, através de suas práticas gerenciais. Utilizou-se Estudo de Caso, pesquisa bibliográfica e documental, questionário, grupo focal e observações, com ênfase de análise qualitativa. A pesquisa revela que a empresa tem alto grau de desenvolvimento socioambiental, fundamentado em práticas de Responsabilidade Social. Constatou-se que a Educação Ambiental, aliada à legislação e aos mecanismos de controle ambientais tem papel essencial na mudança de atitude organizacional e social, por possibilitar novas aprendizagens. E que a ética ambiental articulada à ação educativa é decisiva na qualidade de vida das gerações atuais e futuras e sobrevivência da espécie humana. **Palavras-chave:** educação ambiental, sustentabilidade, responsabilidade social

ABSTRACT

Environmental education and sustainability: a case study at Empresa Baiana de Águas e Saneamento. Environmental education gains space in face of the unbalance caused by human beings to the ecosystem; and enterprises, in general, are perceived as villains in that process. The aim of this article is to analyze environmental education's actions developed by Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), responsible for water treatment and distribution and waste collection in Bahia State, as well as identifying socio-environmental development's levels, through its management practices. For that purpose, case study, bibliographic

¹ Unime – União Metropolitana de Educação e Cultura, Curso de administração; Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). E-mail para correspondência: fmcmoura@yahoo.com.br

² Fundação Visconde de Cairu/Salvador-Bahia (FVC), Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV/FVC), Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. E-mails para correspondência: niveafragarocha@gmail.com, nivea_rocha@uol.com.br

research, questionnaires, focal group and observation have been employed, with emphasis on qualitative analysis. Research reveals that the enterprise shows a high level of socio-environmental development, founded on practices of Social Responsibility. It can be seen that environmental education, allied to legislation and environmental control mechanisms, plays an essential role on the change of organizational e social attitudes, since it makes possible new kinds of learning. And environmental ethics articulated to educative actions is decisive to current and future generations' quality of life, as well as mankind's survival.

Key words: environmental education, sustainability, social responsibility

INTRODUÇÃO

Durante os últimos 200 anos, os problemas ambientais da Terra se agravaram, pelo aumento considerável de interferência na natureza. A humanidade dilapidou o planeta pelo modelo fordista-capitalista, de tal modo que, hoje, emerge a perspectiva de que os recursos naturais se esgotem, o ar torne-se irrespirável, além do provável aquecimento global. Nesse contexto, a falta ou a escassez de água, bem como a poluição dos mananciais assinalam uma crise mundial (Dias, 2006).

É imprescindível estudar o meio ambiente, a partir de vários ângulos: na perspectiva da administração, que gerencia e decide; da ética, que gera novos valores morais compatíveis com as demandas sociais; e do ponto de vista educacional, que desenvolve atitudes e difunde mudanças, por meio de novas tecnologias e de modelos de gestão socioambientalmente responsáveis. Conseqüentemente, uma ética ambiental, juntamente com a ação educativa, será decisiva para devolver à humanidade uma visão unificada do cosmos.

O artigo parte da seguinte questão: quais ações de Educação Ambiental foram desenvolvidas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), junto à comunidade, durante os anos de 2006/2007? Como as ações implementadas de Educação Ambiental refletem postura socialmente responsável da gestão? O objetivo é analisar ações de Educação Ambiental desenvolvidas pela Embasa para identificar o grau de desenvolvimento socioambiental da gestão empresarial.

A opção metodológica foi o Estudo de Caso (Yin, 2005; Dias, 2008) qualitativo, descritivo e exploratório, embasado em pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionários, observações enriquecidas por discussões em grupos focais, proveniente da avaliação do Serviço Social da Indústria (SESI) do critério Desenvolvimento Socioambiental do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT). Para a análise, a triangulação de dados. A EMBASA foi escolhida por ser referência significativa como unidade caso, pois seu negócio inclui abasteci-

mento de água e esgotamento sanitário, na busca do equilíbrio econômico-financeiro e da melhoria da qualidade de vida da sociedade e do meio ambiente (Bahia, 1997).

Ética e Responsabilidade Social

Tentativas isoladas na busca do equilíbrio social sempre existiram. Contudo, só na história recente, as empresas perceberam que é sua responsabilidade atuarem no interesse da sociedade e do meio ambiente. Daí o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ser produto do século XX e das corporações modernas (Ashley *et al.*, 2005). Nesse cenário, percebe-se a formação de duas éticas: a ética da responsabilidade social e a ética do dinheiro ou da irresponsabilidade social. A ética da responsabilidade social empresarial (RSE) baseia-se na aprendizagem de comportamentos sociais responsáveis como, por exemplo, a reciclagem. A ética do dinheiro caracteriza-se pelo abandono e descaso, menosprezo de valores centrais como solidariedade, sociabilidade, espiritualidade, liberdade e dignidade humana. A tríade poder-consumo-dinheiro fomenta valores de individualismo, propriedade, competição e busca do lucro fácil. Seus efeitos na sociedade repercutem principalmente na ampliação de desigualdades, no alastramento da corrupção, no negligenciamento do exercício da cidadania, na conformação da opinião pela mídia e no aumento da avareza e da esperteza com a contaminação do caráter (Melo Neto e Froes, 2004).

Para a escola econômica clássica, a única obrigação da empresa é gerar lucro para seus acionistas, dentro dos limites legais. Os economistas clássicos sustentam, inclusive nos dias atuais, que a função-objetivo das empresas deve ser a busca do maior retorno possível para os seus acionistas dentro de um conjunto de regras, que baliza o comportamento ético-empresarial. Essa abordagem, estritamente vinculada à obediência às regras do jogo, é conhecida como a abordagem do acionista (*shareholder approach*) ou fundamentalista, por ressaltar apenas a função econômica da empresa.

Segundo Rodrigues (2005), essa corrente prega que “[...] em uma economia livre não se deveria misturar atribuições: à empresa, e conseqüentemente aos seus altos funcionários, caberia aumentar os lucros da empresa e trabalhar pela sua expansão; ao Estado, caberia zelar pelo bem público”. A RSE minaria as bases da sociedade e do livre mercado, pois as ações sociais implicam em custos, que reduzem o lucro (Ashley *et al.*, 2005; Rodrigues, 2005).

A partir dos anos 1980, as escolas socioeconômicas (*Business Ethics, Business e Society e Social Issues Management*) tentaram elaborar uma teoria de ação econômica alternativa ao conceito de *homo economicus*. As ações transdisciplinares trouxeram a ideia de que o contrato social do sistema de livre economia foi alterado, passando também a ser obrigação das empresas se empenharem em ações sociais (Pereira e Campos Filho, 2006). Ao negar o egoísmo universal como uma realidade

inquestionável, Sen (1999), principal representante dessa corrente, abre espaço para a possibilidade de preocupações com padrões mais altos que os estabelecidos pelas leis.

Os argumentos da corrente a favor da responsabilidade social subdividem-se em dois: os baseados em princípios religiosos; e os da linha instrumental, que ganhou força no final da década de 1980 e considera que há uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico da empresa (Ashley *et al.*, 2005; Rodrigues, 2005). A prática de ações socialmente responsáveis pelas empresas garante ganhos de reputação – reconhecimento e legitimação. Contudo, como corroboram Rodrigues (2005) e Machado Filho (2006), a relação com retornos financeiros (razão instrumental) é inconclusiva, até porque ações ambientais não têm ligações facilmente mensuráveis com o negócio da empresa e independe da racionalidade subjacente, se religiosa ou instrumental. Melo Neto e Froes (1999) consideram que a RSE é parte integrante do conceito de desenvolvimento sustentável, pois, ao participar de ações em benefício da comunidade, a empresa atua na dimensão do crescimento econômico e social, trazendo igualdade e riquezas.

O conceito de sustentabilidade pelo viés único da economia perceberia o mundo em termos de estoques e de fluxo de capital, quer seja ele natural, monetário ou humano, dimensão esta pautada em aspectos debatidos pela visão econômica clássica, em que a empresa deve ser um empreendimento viável (Bellen, 2006). Segundo Dias (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável não menospreza a necessidade da organização ser rentável e remunerar o capital privado como condição necessária para gerar empregos e incluir socialmente as minorias.

Na perspectiva social, segundo Bellen (2006), a sustentabilidade fundamenta-se no bem-estar e nos meios para a melhoria de qualidade de vida. Tal argumentação é reforçada por Leff (2004), que considera o conceito capaz de “ecologizar a economia”, de eliminar a contradição entre crescimento econômico e preservação ambiental, como condição para sobrevivência da humanidade.

Em termos ambientais, a preocupação da sustentabilidade é relativa aos impactos antropogênicos causados pelas atividades humanas. A humanidade precisa gerir o potencial do planeta, mediante práticas identificadas como ecoeficientes. Dias (2006) diz que é obrigação da empresa adotar produção mais limpa, oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento da cultura e da responsabilidade ambiental e organizacional.

Educação Ambiental

O pensamento ocidental é caracterizado como racionalista e reducionista, por não conseguir perceber a cidadania planetária e a interdependência da humanidade com a natureza. Assim, “[...] em todas as épocas e lugares, a visão reducionista

sempre repugnou aos povos mais ligados e dependentes da terra como berço, mãe nutriz e destino final” (Branco, 1989). Os povos que se sentem parte da natureza apresentam um comportamento mais prudente do que aqueles cuja concepção é do ser humano separado. Os problemas ambientais, portanto, são intrínsecos da visão humana de mundo. De acordo com Branco (1989), “O ser humano é ligado à terra pela água, por exemplo, que transita por vários ecossistemas e organismos, unindo toda a vida terrestre de espécies e eras diferentes.” Dessa forma, essa inter-relação causa interdependência de seus ecossistemas, de tal modo que sociedade e natureza ficam entrelaçadas formando a teia da vida. O autor destaca ainda a necessidade de uma educação que resgate o sentimento de ligação das pessoas com a Mãe-Terra.

A articulação entre responsabilidade social, gestão ambiental e educação ambiental produz uma abordagem sistêmica, pois seus conteúdos são, ao mesmo tempo, construtos de outras ciências, que formam a teia da vida, como sociologia, ética, economia, entre outros, impedindo sua compartimentação apenas na biologia, na administração ou na sociologia.

A ecopedagogia e a RSE baseiam-se nos princípios do amor e do compromisso com o outro, envolvendo a humanidade na sensação de interdependência e de responsabilidade. Para Freire (1981), “[...] não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres humanos inacabados não pode educar [...] Quem não ama, não compreende o próximo, não o respeita.” Ou seja: quem ama respeita o outro, mesmo que esse outro não seja um ser humano e seja, por exemplo, uma planta.

Entre os vários documentos que refletem a ecopedagogia e a proposta de uma educação ambiental crítica, destaca-se a Carta de Belgrado (MMA, 2008), por preconizar uma nova ética global para erradicar a pobreza, a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e a dominação humana sobre o mais fraco e sobre a natureza (Dias, 2003; MMA, 2012). Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de encontrar meios para novo tipo de desenvolvimento, em que uma nação não cresça ou se desenvolva a custa de outra, e que nenhum indivíduo aumente seu consumo à custa da diminuição do consumo alheio.

A Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999) reconheceu e institucionalizou a Educação Ambiental (EA) ao legalizar seus princípios, transformando-a em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para sua promoção. Sua finalidade é legalizar a obrigatoriedade de trabalhar o tema de forma transversal, conforme foi proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), e reforçado pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001). Neste artigo, a EA é vista sob a perspectiva da Lei nº 9.795 (Brasil, 1999), como: “[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A EA pode ser subdividida em duas categorias: formal e não formal. A formal ocorre na educação escolar desenvolvida nas instituições de ensino públicas e privadas, englobando: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. A não formal ocorre nas ações educativas que sensibilizam a coletividade sobre questões ambientais na defesa da qualidade e da conservação do meio ambiente e na conscientização de agricultores e pescadores, por meio de práticas educativas e não predatórias como o ecoturismo (Brasil, 1999).

A Educação Ambiental formal não é implantada como disciplina específica no currículo. Contudo, uma disciplina específica pode ser criada nos cursos de pós-graduação e de extensão voltados à temática ambiental. A proposta é não torná-la um apêndice da educação ou do meio ambiente, mas uma concepção pedagógica, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinar (Brasil, 1999).

A Gestão Ambiental é uma modalidade da EA não formal, tendo papel importante na sensibilização da sociedade brasileira e de questões ambientais (Aquino e Mininni-Medina, 2001). O papel das empresas, das universidades e dos outros setores da sociedade é buscar alternativas tecnológicas, reforçado pelas certificações de qualidade ambiental como a série ISO 14000.

Os objetivos basilares da EA propõem a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Caracteriza-se pelo estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e pela garantia de democratização das informações ambientais (Brasil, 1999). Seu papel é despertar a consciência cidadã para uma ética fundamentada em valores morais, para a preservação do equilíbrio do meio ambiente.

Atualmente, tomou outro enfoque, transformando-se em Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS). A terminologia EAS é mais atualizada e próxima da utilizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), introduzida no programa do Decênio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS (2005-2014). Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS) e Educação com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (EDS) são aqui tratadas como sinônimos.

Segundo a UNESCO (2007): “[...] a EDS tem o objetivo de facilitar a criação de redes, ligações, intercâmbios e interações entre os *stakeholders* interessados na EDS; de fomentar no campo da EDS uma instrução e a aprendizagem de qualidade

a fim de atingir as Metas do Milênio”. Seu enfoque está em sua orientação social, de natureza holística para uma educação crítica, que funciona por meio de “[...] um processo educacional que prepara o indivíduo a perceber que as relações sociais e econômicas, socialmente construídas pela humanidade, devem ser justas e considerar a Terra a partir da finitude dos seus recursos naturais existentes” (Aquino e Mininni-Medina, 2001). Para os autores citados, a EAS insere-se no contexto do Desenvolvimento Sustentável pela discussão e pela resolução de questões ambientais complexas, multifacetadas e díspares.

Ecomangement ou Gerenciamento Ecológico

Na sociedade pós-capitalista, o nível de conscientização exigiu que as empresas mudassem radicalmente sua postura em relação a seus *stakeholders* (públicos de interesse), decorrente da necessidade mercadológica de ter produtos ecofavoráveis e consciência empresarial. Segundo Aquino e Mininni-Medina (2001), “A gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído.” Essa mediação define os benefícios da ação dos diferentes sujeitos na qualidade do meio ambiente.

O gerenciamento ecológico é imprescindível nesse processo, porque os problemas mundiais não podem ser entendidos isoladamente. Dessa forma, percebe-se uma distinção entre a administração ambiental e o gerenciamento ecológico ou ecologia profunda. A administração ambiental é defensiva, exemplificada por esforços reativos e pela auditoria de cumprimento, porque “[...] o ambientalismo superficial tende a aceitar, por omissão, a ideologia do crescimento econômico, ou a endossá-la abertamente” (Capra, 1993). A abordagem ativa enquadra-se no gerenciamento ecológico ao minimizar o impacto ambiental. O gerenciamento ecológico parte de nova ética ecológica, baseada no desenvolvimento sustentável e na mudança de valores empresariais.

A gestão ambiental assume, então, uma postura proativa responsável, na tentativa de vencer a passividade a partir dos anos 1990. Esse novo paradigma ecocêntrico é fundamentado em uma nova concepção filosófica gerencial, passando por uma mudança radical da cultura empresarial, cuja visão da organização como uma máquina é descartada pela ideia da empresa como um sistema vivo.

O novo paradigma demonstrado está calcado na ecologia profunda, nas soluções sustentáveis e no crescimento qualitativo. O ambientalismo superficial (*shallow ecology*) e a ecologia profunda (*deep ecology*) implicam a distinção entre administração ambiental e administração ecológica. De acordo com Capra (1993): “O ambientalismo superficial aceita o paradigma dominante. A ecologia profunda envolve a mudança para uma visão do mundo holística e sistêmica [...]”. O ambientalismo superficial é

antropocêntrico, porque atribui apenas valor de uso à natureza. Já a ecologia profunda reconhece o valor dos seres vivos, e os humanos são como fios da teia da vida.

A partir da forma como a sociedade ou as organizações utilizam os recursos naturais, pode-se propor modelos mais antropocêntricos ou mais ecocêntricos. Os antropocêntricos possuem uma perspectiva mais centrada no ser humano. Já os ecocêntricos possuem as relações mais simétricas entre ser humano-natureza, como pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1. Modelos de gestão quanto ao uso de recursos naturais.

	← + Antropocêntrico		Ecocêntrico + →	
	Conuocopiano	Adaptativo	Comunalista	Ecologia Profunda
Postura Ambiental	Exploração de recursos, orientação pelo crescimento.	Conservacionismo, posição gerencial.	Preservacionismo de recursos.	Preservacionismo profundo.
Tipo de Economia	Economia antiverde, livre mercado.	Economia verde, mercado verde, conduzido por instrumentos de incentivos econômicos.	Economia verde profunda.	Forte regulação para minimizar a tomada de recursos.
Estratégia de Gestão	Objetivo econômico de maximização de crescimento. A economia (mercado) e o progresso tecnológico eliminam o risco da escassez.	Modificação do crescimento econômico, alguma escala de mudança.	Crescimento econômico e populacional nulos. Perspectiva sistêmica da saúde de todo o ecossistema. Considera a Hipótese Gaia e suas implicações.	Reduzida escala da economia e da população pela interpretação literal da Hipótese Gaia.
Ética	Direitos e interesses dos indivíduos con-temporâneos, valor instrumental da natureza.	Equidade intra e intergeracional (pobres contemporâneos e gerações futuras), valor instrumental da natureza.	Interesse coletivo sobrepuja o interesse individual, valor primário dos ecossistemas e valor secundário para suas funções e serviços.	Bioética (direitos e interesses conferidos a todas as espécies), valor intrínseco da natureza.
Grau de Sustentabilidade	Sustentabilidade muito Fraca.	Sustentabilidade Fraca.	Sustentabilidade Forte.	Sustentabilidade muito Forte.

Fonte: Adaptado de Bellen (2006).

Observando o quadro 1, nota-se que do modelo Conucopiano ao da Ecologia Profunda há uma variação da carga, provocada pelas atividades antropogênicas e pelo estilo de vida humano imposto ao ambiente de acordo com os padrões éticos do que é aceitável. Nos modelos de ecologia superficial, há luta por melhor condição de saúde humana, pela não poluição e dilapidação irresponsável dos recursos naturais, mas a sustentabilidade ainda é baixa, pois a humanidade ainda se encontra acima da natureza, e o meio ambiente é objeto de sua vontade. A ecologia profunda baseia-se no igualitarismo biosférico, nos princípios da diversidade, complexidade e autonomia, sem privilegiar as espécies, e os recursos naturais geram sustentabilidade forte.

As organizações praticam suas estratégias de gestão ambiental em conformidade com sua cultura, crenças e valores. Para Tachizawa (2005), entre as principais estratégias de caráter genérico e de responsabilidade social estão: redução do uso de energia e de água por quantidade de produto fabricado; mudança de composição, desenho e embalagem do produto para tornar seu uso menos danoso à saúde humana e ao meio ambiente; controle, recuperação ou reciclagem das descargas líquidas da atividade industrial e de gases e emissões gasosas geradas pelas atividades industriais; disposição adequada de resíduos sólidos e de lixo industrial; reciclagem de sucatas, resíduos ou refugos; mudanças nos procedimentos de estocagem, transporte, manuseio, logística dos produtos e materiais perigosos; desenvolvimento/aperfeiçoamento de sistemas de auditoria ambiental; habilitação da organização para rotulagem ambiental (Programas de Selo Verde); projetos sociais em meio ambiente, educação, saúde, cultura, apoio à criança e ao adolescente, em voluntariado; e imagem ambiental da empresa para fins de *marketing*.

Dias (2006) destaca o uso do conhecimento humano por meio de tecnologias limpas, entre outras ações, como: gestão ambiental, que independe do porte da empresa e não exige, em princípio, o uso de nenhum sistema de gestão; políticas de tecnologia e inovação voltadas para modificações no processo produtivo, substituindo os produtos tóxicos ou nocivos por outros menos prejudiciais, que reduzem as emissões de poluentes, os impactos negativos ao longo do ciclo de vida dos produtos e das embalagens, incorporando, nos serviços, preocupações ambientais; programas de formação e informação ambiental corporativos, com objetivos de desenvolvimento humano; e criação de setor responsável por elaborar códigos de conduta e de respeito ao meio ambiente.

Ao analisar-se a questão, percebe-se que Dias (2005) enfatiza os aspectos sociais e administrativos mais do que os destacados por Tachizawa (2005), como a política de Educação Ambiental e o princípio de comando e responsabilidade, mediante a

introdução de um setor próprio para elaborar estratégias ligadas ao meio ambiente. A gestão ecológica, em ambos os casos, deve implicar a necessidade de compreender a complexidade da questão socioambiental, o conhecimento da natureza das fontes geradoras de resíduos e seus impactos na população e ambiente urbanos e de estudar a realidade local nos aspectos socioeconômicos, políticos e pessoal-coletivos, articulando-os aos impactos da dimensão global.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA): um Estudo de Caso

Em 1996, a EMBASA iniciou o Programa Gestão pela Qualidade Total, que contribuiu para o desenvolvimento empresarial e profissional de seus colaboradores e para a melhoria do atendimento aos clientes e à sociedade. O início do programa, não por mera coincidência, ocorreu em paralelo com uma tentativa de melhoria da eficiência, visando a sua privatização pelos governos neoliberais de Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Assim, a empresa articulou-se ao Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS), com propósitos de melhoria do nível de eficiência e eficácia.

Com a missão de assegurar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, que garanta satisfação dos clientes, dos acionistas, dos colaboradores e do poder concedente, a EMBASA (1997) interage com fornecedores, na busca do equilíbrio econômico-financeiro que contribua para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida em sociedade. A empresa se coloca num papel proativo na preservação ambiental, harmonizando desenvolvimento e qualidade, frente à legislação vigente, e expectativas dos seus *stakeholders*. A missão da empresa constitui-se numa gestão preservacionista de recursos, de economia verde profunda, com perspectiva sistêmica da saúde de todo o ecossistema. Ao invés de incentivar o consumo e o desperdício, a empresa “vende água tratada e esgotamento” e tem postura conservadora. Tem consciência de que seu principal insumo pode acabar, o que a enquadra na tipologia de Bellen (2006) como Comunalista (Quadro 1). Essa consciência ampliou-se após o movimento de privatização, ao fazer realinhamento nas perspectivas sociais, para sua permanência como economia mista e zeladora de um bem universal.

A análise conjunta da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental, desenvolvidas pela unidade caso, traduz-se na sua responsabilidade social, aspecto levantado pelo PSQT no critério Desenvolvimento Socioambiental e suas respectivas questões apresentadas no quadro 2.

Quadro 2. Resultado da pesquisa PSQT.

457 Questionários Respostados	Colaboradores			Cores	
	Média Aritmética	Média Ponderada	Conceito	Média Aritmética	Conceito
Questões do PSQT quanto ao Critério Desenvolvimento Socioambiental Peso: 2,5					
Práticas da empresa voltadas para questões ambientais (gerenciamento de resíduos, redução de consumo de energia/água, coleta seletiva, entre outros)	6,18	0,31	Regular	7,00	Ótimo
Ações educativas com foco na questão do meio ambiente promovidas pela empresa para os colaboradores	5,90	0,29	Regular	6,00	Regular
Programas sociais desenvolvidos pela empresa	5,99	0,30	Regular	8,00	Ótimo
A empresa estimula os colaboradores a participarem como voluntários em ações sociais	5,40	0,27	Regular	7,00	Ótimo
Relacionamento da empresa com a comunidade em que está inserida	6,08	0,3	Regular	7,00	Ótimo
Total	5,91	1,47	Regular	7,00	Ótimo

Fonte: Adaptado de SESI (2007b).

Os dados apresentados no quadro 2 referem-se à avaliação da empresa pelos colaboradores mediante os Critérios do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT) e do Comitê de Responsabilidade Social (Cores) da empresa, responsável pelo preenchimento do Relatório Gerencial e pela Autoavaliação. Essa atitude, segundo a tipologia de Bellen (2006), é de sustentabilidade, confirmando suas características Comunalistas, e encontra-se entre regular e ótima, segundo a escala Sesi.

A primeira questão do quadro reflete a postura empresarial quanto a sua gestão ambiental. Percebe-se que a nota dada pelos funcionários é próxima à dada pelos gestores, por meio do Comitê de Responsabilidade Social. Como as práticas não são bem avaliadas, percebe-se que a empresa atua no paradigma da ecologia profunda e possui conduta ecocêntrica moderada, com tendência a fortalecer-se. Quanto à segunda, os grupos focais confirmam a hipótese das pesquisadoras: as práticas de gestão ambiental são como forma de Educação Ambiental e a certificação pela ISO 14.000; é tida como

aprendizagem organizacional e disseminação de postura ambiental responsável. As notas atribuídas pelos gestores e pelos colaboradores sobre ações educativas estão próximas, mas ainda estão baixas. Uma das hipóteses é a falta de divulgação entre funcionários das ações de EA e de Responsabilidade Social Empresarial realizadas pela empresa. Outro fator explícito, na visão das avaliadoras do Sesi, foi a certeza de que a empresa pode desenvolver mais ações sociais, o que se traduziu em uma nota seis (6,0) na autoavaliação empresarial, apontada na coluna do Cores. Quanto aos projetos sociais, o Quadro 2 aponta uma autoavaliação positiva, que atribui grande valor aos programas de Tarifa Social e Filantrópica, que pondera o perfil do consumidor em conformidade com a classe social, o nível de renda para pessoas físicas e o tipo de negócio, se pessoa jurídica. A EMBASA teve postura proativa, antecipou-se à legislação, que universalizou o direito da água, em 2007. No quadro 3, destacam-se as práticas corporativas de RSE mais significativas.

Quadro 3. Práticas corporativas de RSE.

Projeto ASA na Escola	Programa de educação sanitária e ambiental nas escolas, onde são realizadas palestras e debates para os diversos segmentos do ensino público, particular e especial, abordando temas relativos ao uso racional da água e saneamento ambiental; distribuição de material educativo aos alunos. Uma de suas práticas é treinar pessoas da comunidade para atuar como agentes.
Projeto Água Viva	Promove educação sanitária e ambiental, para alunos da 1ª a 4ª série do ensino fundamental nas escolas públicas e particulares por meio de palestras e oficinas educativas, utilizando uma metodologia lúdica para envolvimento desse público, abordando temas relativos ao uso racional da água e saneamento ambiental.
Projeto Prato Econômico	Desenvolvido nas comunidades contempladas com programas de educação ambiental, orienta a população a utilizar de forma adequada e integral os alimentos, evitando desperdícios, enriquecendo a alimentação, contribuindo, assim, para a melhoria da saúde da população. O Referencial é: <i>Alimente-se Bem com R\$1,00 – SESI</i> .
Projeto Adote	Incentiva a força de trabalho para o serviço voluntário, prevendo, no âmbito do programa, diversas ações para as instituições adotadas, tais como: campanhas de doações de alimento, vestuário, utensílios, brinquedos, notas fiscais (Campanha Sua Nota é um Show de Solidariedade do Governo do Estado), eventos socioeducativos. Em andamento, a seleção das instituições, o levantamento das necessidades, a elaboração de planos de ação e o cadastramento de voluntários. A EMBASA conta com a participação de sua força de trabalho, dos fornecedores, dos parceiros externos para a implementação das ações, formando uma grande rede de voluntariado.
Tarifa Filantrópica/Social	O Comitê de Gestão Social divulga e orienta as instituições sem fins lucrativos a pleitearem, junto à EMBASA, a tarifa filantrópica com valor reduzido na conta de água/esgoto, assim como a população de baixa renda, que atende aos critérios da tarifa social aprovada em 2006 pelo Governo do Estado, a pleitear a sua inserção no programa.

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão da EMBASA (2006).

O quadro 3 indica ações de Educação Ambiental de caráter discricionário: Projeto ASA (Agente Social em Ação) na Escola, Projeto Água Viva e o Projeto Prato Econômico. Ao demonstrar o envolvimento com problemas locais de seus *stakeholders*, as ações do Projeto Prato Econômico são emancipatórias e ao invés de dar cestas básicas, a empresa qualifica o indivíduo, dotando-o de habilidades sustentáveis.

As práticas desenvolvidas elevam o nome da empresa no campo da responsabilidade social e fortalecem a imagem da organização junto à sociedade, segundo uma análise instrumental. Para a seleção dos projetos a serem implementados ou apoiados, são avaliados o interesse da organização no projeto e se é aplicável em toda empresa. Caso se considere que a prática é aplicável apenas a UN/Departamentos, são apresentadas as devidas justificativas.

Durante os grupos focais realizados pelas avaliadoras do Sesi, ficou clara a dificuldade da empresa em consolidar os dados quantitativos dos vários projetos da RSE. As unidades do interior possuem autonomia, bem como os parques da região metropolitana de Salvador. São poucas as ações centralizadas na unidade administrativa do Centro Administrativo da Bahia (CAB). Contudo, o que as avaliadoras e o Sesi consideraram importantes foram as práticas em si, sua disseminação na área metropolitana e no interior, e sua longevidade, que implicam o aprendizado organizacional. Essa pesquisa evidencia a necessidade clara da gestão da Responsabilidade Social da EMBASA, a fim de acompanhar as ações e o alinhamento às estratégias organizacionais.

Entre as obrigações legais destacam-se: divulgação dos projetos e estudos ambientais à comunidade; cumprimento da legislação ambiental, cumprimento do Regimento Interno da Comissão Técnica de Garantia Ambiental (CTGA) e divulgação do desempenho ambiental, por meio de relatório técnico, aos órgãos competentes. A CTGA é constituída por 21 membros representantes das diretorias da EMBASA, com objetivo básico de avaliar, de acompanhar e de promover o autocontrole ambiental.

Para ampliar e fortalecer a gestão ambiental da CTGA, junto às unidades operacionais, principalmente daquelas localizadas no interior do estado, foram criados os Comitês de Gestão Ambiental (CGA). Estes são responsáveis por implementar, monitorar projetos e programas ambientais, fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos sistemas e atuar como agentes multiplicadores em Educação Ambiental. Dessa forma, ocorrem a formação e a informação ambiental nas unidades. A criação e o treinamento dos CGA foram concluídos em 2005, somando um total de 20 Comitês: 13 no interior e sete na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A Educação Ambiental possui um foco na comunidade. Na fase inicial das obras, foram mantidos contatos com a comunidade, as prefeituras e os órgãos

envolvidos, a fim de informar sobre o empreendimento, levantar informações e expectativas da população e do poder concedente. Após estudo de alternativas, reuniões públicas foram realizadas para apresentação do projeto, dos estudos ambientais e dos impactos positivos e negativos resultantes do empreendimento, nas fases de implantação e de operação do sistema.

Na fase de execução das obras, foi implementado o Programa de Educação Ambiental (PEA) e de Comunicação Social, com atividades socioeducativas sobre temas relevantes, abordados com material didático e informativo, como: o saneamento para melhoria das condições de vida e de saúde populacional, a conservação dos recursos hídricos e as medidas para reduzir o desperdício da água, as práticas de higiene, a ética ambiental, o desenvolvimento sustentável e outros. Esses temas foram inseridos na programação escolar e nas ações dos agentes comunitários de saúde. A organização de iniciativa comunitária pretende disseminá-los e construir novos conceitos com a comunidade, que fomentem posturas mais éticas e responsáveis frente às questões ambientais locais.

As comunidades manifestam seus anseios nas reuniões públicas, quando são apresentadas as alternativas para o sistema, e as solicitações procedentes são incorporadas ao projeto. As demandas sociais e ambientais das comunidades, que chegam à EMBASA, são avaliadas e tratadas, e a solução adotada é comunicada, por meio de seus representantes.

Os aspectos identificados são trabalhados de forma a buscar a satisfação da comunidade e o sucesso do empreendimento. Trabalhos sociais são desenvolvidos de acordo com as necessidades, a vocação da comunidade e as fontes de financiamento, como: feiras de saneamento e saúde, cursos de capacitação de agentes multiplicadores em Educação Ambiental, oficinas de aproveitamento de resíduos sólidos, reaproveitamento de plástico e de papel, aproveitamento integral de alimentos.

Destacam-se as seguintes atividades, realizadas em 2006/2007, com essas finalidades:

- a) acompanhamento do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social Proágua semiárido;
- b) implantação de Projetos de Educação Sanitária e Ambiental nos municípios de Cravolândia, Jaguaquara, Euclides da Cunha, Jacobina, Camacã, Ipiaú, Litoral Norte e Imbassaí;
- c) implementação dos Programas de Educação em Saúde e Mobilização Social (PES-MS), referentes ao Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, Convênios FUNASA 940/2004 – Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Bom Jesus dos Passos; 1021/2004 – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), Salvador/

- Bacia Cobre; 1022/2004 – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), Periperi/BA;
- d) acompanhamento social da população atingida pelas obras de construção das Barragens de Lagoa da Torta, Riacho de Santana e Cristalândia;
 - e) trabalho social junto às comunidades, que serão atendidas com as obras de Ampliação e Implantação de SAA e/ou SES do Litoral Norte e Imbassaí, Porto Sauípe, Bom Jesus dos Passos, Ipiaú, Camacan, Euclides da Cunha, Jaguaquara, Cravolândia, Itajú do Colônia, Jacobina, Santa Maria da Vitória;
 - f) realização de trabalho de mobilização social, para adesão dos moradores ao Sistema de Esgotamento Sanitário;
 - g) participação no Projeto Futuro da Água;
 - h) monitoramento das quadras condominiais da Bacia de Mangabeira, nas sub-bacias Nova Brasília e Malvinas, por meio da realização de visitas domiciliares e de reunião comunitária, com a participação de síndicos e de subsíndicos das referidas áreas;
 - i) realização de cinco reuniões públicas para apresentação e discussão dos projetos de implantação de SAA e de SES, nos municípios de Rio de Contas, Ipiaú, Barragem Lagoa da Torta, Jacobina, Salvador, na localidade de Bom Jesus dos Passos;
 - j) realização de pesquisa com poder concedente;
 - l) realização de visitas técnicas com equipe multidisciplinar para análise das variáveis sociais, que envolvem a implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em diversos municípios da Bahia. Essas visitas servem para levantamento preliminar das demandas socioambientais;
 - m) participação em Projetos de Responsabilidade Social Empresarial por meio do Projeto Prato Econômico e do Projeto Adote, pela adoção de duas comunidades (Quadro 3).

Com exceção da alínea m, as demais ações de educação ambiental são compulsórias. A empresa, para adquirir financiamento ou repasses do governo estadual ou federal, é obrigada a participar de ações dessa natureza, conforme projeto. Consequentemente, o investimento nas ações de educação ambiental e as atividades dos CTGA expressam relação direta com a operação da empresa, correspondendo a requisitos mínimos de responsabilidade social, de obediência à legislação e de eficiência empresarial. Um aspecto chamou a atenção durante a análise de conteúdo dos relatórios da EMBASA pelo grupo focal: a inter-relação da Educação Ambiental, da Gestão Ambiental e dos requisitos éticos e legais. Os colaboradores também conseguem perceber essa relação, cobrando da empresa postura ambiental mais responsável e um papel ativo na educação ambiental, tanto na modalidade formal, quanto na informal.

CONCLUSÕES

O objeto da responsabilidade social da EMBASA se confunde com o próprio objetivo final da empresa. Trata-se de empresa de economia mista, com finalidade eminentemente social. O levantamento de suas práticas apresenta-se pouco discricionário, pois seu foco é contribuir para a qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Há abundância de práticas com forte teor operacional e legal, característica de empresa de saneamento ambiental.

O relacionamento da empresa com a comunidade é desenvolvido, sistemicamente, por práticas de Gestão Ambiental e de Educação Ambiental, fundamentadas na Responsabilidade Social, através de frentes distintas de trabalho, mas com um objetivo comum: preservar a água e a vida, provocando a reflexão dos agentes dos danos ambientais, que ignoram ou subestimam os custos dos padrões insustentáveis de consumo dos recursos naturais e seu prejuízo para a humanidade. A Educação Ambiental (EA), aliada à legislação e aos mecanismos de controle ambientais, tem papel decisivo nas mudanças de atitude organizacional e social, por possibilitar novas aprendizagens, em prol da qualidade de vida das gerações atuais e futuras, e sobrevivência da espécie humana. Entretanto, a EA da EMBASA é feita muito mais para o público externo à organização, o que é louvável, mas, ao mesmo tempo, um paradoxo porque uma empresa de águas e saneamento deveria ter seu quadro funcional com conhecimentos mínimos de noções ambientais, para agir como multiplicador de estratégias de preservação, como educadores ambientais. Consta-se que a ética ambiental, articulada à ação educativa, é decisiva para dar à humanidade visão unificada do cosmos.

Quanto à gestão ambientalmente responsável, poder-se-ia dizer que, ora por sua finalidade pública eminentemente social, ora pelo seu objeto (água e esgoto), a EMBASA possui práticas disseminadas e consolidadas de gestão ambiental, vistas aqui como parte do saber ser, saber fazer e com responsabilidade socioambiental, que só podem ser adquiridas por uma educação ambiental crítica. A empresa apresenta seu alto grau de desenvolvimento socioambiental, configurando-se como de ecologia profunda, de sustentabilidade forte, comunalista e responsável socialmente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. L. T. de; MININNI-MEDINA, N. 2001. **Educação ambiental**: curso básico à distância de educação ambiental. 2. ed. Brasília: MMA, 370 p.

- ASHLEY, P. A. *et al.* 2005. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 340 p.
- BAHIA. 1997. Fórum Controle Social do Bahia Azul. Dossiê Programa Bahia Azul. Salvador. Disponível em: <<http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/sindae/ba.html>>. Acesso em: 11 ago. 2007.
- BELLEN, H. V. 2006. **Indicadores de sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 256 p.
- BRANCO, S. M. 1989. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgard Blucher, 141 p.
- BRASIL. 1997. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental, Temas Transversais**. Brasília: Ministério da Educação, 120 p.
- BRASIL. 1999. Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental, institui Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/LEI979599.pdf>>. Acesso: 02 fev. 2007.
- BRASIL. 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: PNE/Ministério da Educação, 123 p.
- CAPRA, F. 1993. Uma abordagem de sistemas ao paradigma nascente. In: M. Ray; A. Rinzler (Orgs.). **O novo paradigma nos negócios**. São Paulo: Cultrix, p. 208-214.
- DIAS, G. 2003. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 399 p.
- DIAS, L. da L. 2008. Estudo de Caso: uma reflexão teórica. In: N. M. F. Rocha; R. S. Leal; E. M. Boaventura (Orgs.). **Metodologias qualitativas de pesquisa**. Salvador: Fast Design, p. 45-58.
- DIAS, R. 2005. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 338 p.
- _____. 2006. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 196 p.
- EMBASA, Empresa Baiana de Águas e Saneamento. **Home page**. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/srhsh/EMBASA/a_empresa/definicoes_estrategicas.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.
- FREIRE, P. 1981. **Educação e mudança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 173 p.
- LEFF, E. 2004. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 343 p.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. 2004. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 189 p.
- _____. 1999. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 190 p.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2012. **Carta da Terra**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8071-carta-da-terra>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

- _____. 2008. **Carta de Belgrado**. Seminário Internacional sobre Educação Ambiental de 1975. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2008.
- PEREIRA, W. A.; CAMPOS FILHO, L. A. N. 2006. Investigação sobre as semelhanças entre os modelos de responsabilidade Social Corporativa. In: 30 ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2006, Salvador. p. 3-18.
- RODRIGUES, M. C. P. 2005. **Ação social das empresas privadas**: como avaliar resultados. Rio de Janeiro: FGV, 192 p.
- SEN, A. K. 1999. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 144 p.
- TACHIZAWA, T. 2005. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 381 p.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2007. Highlights on DESD Progress to Date January 2007. Disponível em: <portal.unesco.org/education/es/file_download.php/68cdd87753de6b93128ca4a6573962f5Progress+to+Date+JAN07.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2007.
- YIN, R. K. 2005. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Brokman, 212 p.